

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Wanderlan Ramos de Carvalho Filho

**As ações sanitárias em Taubaté no período
De (1893-1915)**

**TAUBATÉ-SP
2010**

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Wanderlan Ramos de Carvalho Filho

**As ações sanitárias em Taubaté no período
De (1893-1915)**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Cyro de Barros Rezende Filho.

**TAUBATÉ-SP
2010**

**Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

C331a Carvalho Filho, Wanderlan Ramos de
As ações sanitárias em Taubaté no período de (1893–1915) /
Wanderlan Ramos de Carvalho Filho. - 2010.
48 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Programa de Pós-
graduação em Ciências Ambientais, 2010.

Orientação: Prof. Dr. Cyro de Barros Rezende Filho, Departamento de
Ciências Sociais e Letras.

1. Ações sanitárias. 2. História sanitária. 3. Urbanização. I. Título.

WANDERLAN RAMOS DE CARVALHO FILHO

**AS AÇÕES SANITÁRIAS EM TAUBATÉ NO PERÍODO DE
(1893-1915)**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté. Área de Concentração: Ciências Ambientais. Orientador: Prof. Dr. Cyro de Barros Rezende Filho.

Data: 14/05/2010

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA.

Prof. Dr. Cyro de Barros Rezende Filho – (UNITAU) Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof.^a Dra Maria Dollores Alves Cocco – (UNITAU) Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof.^o Dr. Laurentino Correa Vasconcellos Neto - (CTA) Centro Técnico Aeroespacial

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais Wanderlan Ramos de Carvalho e Nazira da Costa Soares de Carvalho razão de minha existência.

Ao longo de trabalho muitas pessoas colaboraram para a realização dessa dissertação, algumas de forma direta outras de forma indireta. Agradeço a dedicação com que fui atendido pela senhora Lia Carolina Prado Alves Mariotto, paleógrafa da Divisão de Museus de Taubaté, local onde encontra-se todos os exemplares dos jornais pesquisados e as Atas de Câmara do período estudado. Dona Lia sempre nos orientou e mostrou onde estava todos os dados a qual procurávamos. Agradeço *in memoriam* ao Senhor Antonio Mello Junior, que infelizmente não tive oportunidade de conhecer, porém o seu ato pessoal de colecionar jornais antigos e depois com um grande desprendimento doar antes de seu falecimento ao Museu de Taubaté, propiciou podermos construir esta história silenciada.

Ao meu Orientador Professor Dr. Cyro de Barros Rezende Filho por sua paciência e compreensão ao longo do curso de mestrado de Ciências Ambientais.

A professora Dr^a. Maria Dollores Alves Cocco por sua colaboração imensa também, sempre dedicando seu tempo a nos orientar de forma desprendida, porém obedecendo ao rigor da academia.

Ao professor Dr. Marcelo Santos Targa por sua orientação na elaboração deste trabalho.

Aos professores do Mestrado de Ciências Ambientais, aos quais tive a oportunidade de conviver e aprender algo em minha vida.

Aos meus colegas da turma XVI do mestrado de Ciências Ambientais pelo convívio desses dois anos juntos onde trocamos experiências e construímos amizades.

RESUMO

As ações sanitárias em Taubaté no período de (1893-1915)

Este trabalho tem como objetivo mostrar as ações sanitárias tomadas pelo poder público da cidade de Taubaté no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX. O trabalho consiste no levantamento das medidas sanitárias: tais como drenagem de áreas pantanosas para evitar doenças, vacinação na população, combate a emissão de dejetos nos córregos que cortam a cidade, normatização do cemitério municipal entre outras . Essas medidas deram um caráter profilático e ao mesmo tempo urbanizador na cidade de Taubaté. O estudo evidencia a importância de conhecermos as raízes da história sanitária de Taubaté.

Palavras chaves: ações sanitárias; urbanização e história sanitária

ABSTRACT

The health activities in Taubaté in the period (1893 to 1915)

This paper have the objective to show the health action taken by government of the city Taubaté in the end of the century XIX and in the years first the century XX. The work consists of a survey of heath mensures, such as drainage of wetlands to prevent disease, vaccination in the population, combating the issue of waste in streams that cross the city, standardization of the municipal cemetery and other. These measures have had prophylactic and while development agent in the city of Taubaté. The study highlights the importance of understanding the roots of the health history of Taubaté.

Key-words: health actions; development and health history.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIG 01 ALARGAMENTO DA URUGUAIANA NO RIO DE JANEIRO.....	16
FIG 02 AVENIDA CENTRAL NO RIO DE JANEIRO.....	17
FIG 03 CANALIZAÇÃO DO CORREGO DO CONVENTO VELHO.....	24
FIG 04 PLANTA DA CIDADE DE TAUBATÉ DE 1901.....	26
FIG 05 PLANTA DA CIDADE DE TAUBATÉ DE 1860.....	34
GRÁF. 01 – GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DAS AÇÕES SANITÁRIAS	40
TAB. 1 – AÇÕES SANITÁRIAS	37

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO.....	02
1.1 RELEVÂNCIA DO TEMA.....	04
2.0 OBJETIVO.....	05
2.1 OBJETIVO GERAL.....	05
3.0 REVISÃO DE LITERATURA.....	06
3.1 AÇÕES SANITÁRIAS.....	06
3.2 PREOCUPAÇÕES SANITÁRIAS.....	10
3.3 AS PRIMEIRAS REFORMAS SANITÁRIAS EM PARIS RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO.....	12
3.4 SANITARISMO EM TAUBATÉ.....	22
4.0 MATERIAL E MÉTODOS.....	32
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
4.2 DELIMITAÇÃO DA ÁREA GERAL DE ESTUDO.....	33
4.3 DELIMITAÇÃO DA ÁREA ESPECÍFICA DE ESTUDO.....	34
5.0 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	36
6.0 CONCLUSÃO.....	41
7.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42
AUTORIZAÇÃO DE REPRODUÇÃO.....	48

1. INTRODUÇÃO

O Brasil até o final do século XIX manteve-se quase inalterado em relação ao legado dos seus quatro primeiros séculos de colonização. Pois as cidades brasileiras antes desse período, contavam com uma vida insalubre, com nenhuma técnica de higiene, as casas eram mal ventiladas, não existia água encanada, fator que levava a inúmeras doenças. As cidades cresceram de forma desorganizada, sem qualquer tipo de planejamento urbano, as ruas eram estreitas, sem rede coletora de esgoto, e o poder público por sua vez, em todas as suas esferas, pouco ou quase nada fez para a organização urbana e higiênica.

Fatos como estes levaram diversas cidades brasileiras a constantes ciclos de pestes, epidemias de cólera, tifo, varíola e febre amarela.

A descoberta do microscópio, permitiu conhecer o mundo minúsculo dos micróbios, isto implicou no aumento de práticas de conservação do corpo, e consequentemente de alerta aos médicos e as autoridades públicas.

Na Europa os planejamentos urbanísticos das cidades inglesas principalmente Londres e Manchester, que eram cidades estritamente industrializadas, e com grande efetivo populacional foram palco de uma série de reformas, que culminaram com a reorganização do espaço. Assim como na Inglaterra , na França para Paris o Barão Haussman, elaborou um projeto urbanístico por solicitação de Napoleão III , focando a ocupação espacial, e a criação de uma infra estrutura sanitária , para eliminar e afastar as doenças.

Ao contrário das experiências das cidades inglesas e de Paris na França, as cidades brasileiras fizeram apenas ações sanitárias isoladas, não com um projeto bem definido e delineado de idéias, do uso do espaço urbano. E sim tomaram o caminho das ações isoladas para combater uma determinada doença ou uma determinada situação intolerável de falta de higiene.

O primeiro projeto que se tem notícia no Brasil em 1904, foi o projeto urbanístico do Presidente da Republica Rodrigues Alves e do Prefeito Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro então Capital Federal. Este projeto foi motivado para inserir o Brasil no capitalismo, pois o conceito dos estrangeiros sobre o Rio de Janeiro era de

uma cidade mergulhada em epidemias e doenças. Isso em muito contribuía para não haver relações comerciais internacionais e investimentos estrangeiros no Brasil. Por essa razão engenheiros e médicos foram cooptados para esse projeto de infra-estrutura e saneamento.

No mesmo período em Taubaté (1893-1915), as autoridades médicas da cidade voltaram a atenção para as questões de insalubridade e práticas nada higiênicas ocorridas.

Passou então a existir questionamentos e debates entre as autoridades médicas e públicas com municípios, em relação aos detritos ateados nos córregos do Convento Velho, Judeu e Sagüiru que cortam a cidade, terrenos alagadiços e pantanosos que eram focos de propagação de doenças. Tal atitude levou a grandes embates entre os edis na Câmara, e por parte dos jornais O Norte e o Jornal de Taubaté no início do século, nos quais os médicos do Hospital Santa Isabel, em especial, primeiramente, o Dr Gabriel Monteiro, alegavam que as águas da cidade estavam sendo poluídas, e que o esgoto corria-se a céu aberto, disseminando doenças e outras pragas, e que muitas das práticas não higiênicas vinham ocorrendo na cidade. Por esse motivo devia-se tomar atitudes saneadoras.

Os debates iniciaram nas últimas décadas do século XIX, e já nas primeiras décadas do século XX, foram sendo tomadas ações saneadoras, a fim de criar um ambiente saudável e longe das doenças.

Esta pesquisa usou como fonte primária as atas de Câmara Municipal de Taubaté do período de 1893 à 1915, e os jornais O Norte e o Jornal de Taubaté entre 1901 à 1917.

E encontramos os fatores médicos que influenciaram as modificações na cidade, bem como o então primeiro prefeito (1908-1915) Gastão Aldano Vaz Lobo da Câmara Leal, que criou artifícios no combate da febre amarela, como pelotões para matar mosquito, fundou a polícia de higiene e saúde e orquestrou profundas mudanças saneadoras e estruturais em Taubaté.

Também, a pesquisa valeu-se de dissertações de mestrado do programa de Ciências Ambientais, como o caso da dissertação sobre cemitérios de Benedito Assagra Ribas de Mello que dissertou sobre a formação do novo cemitério da cidade de Taubaté, que objetivava a desativação do antigo cemitério que encontrava-se próximo as ruas centrais, e gerava um ambiente inóspito e insalubre.

Dos primeiros resultados obtidos após a análise dos dados levantados desta pesquisa, concluímos que as primeiras medidas profiláticas e saneadoras mudaram os aspectos físicos e a criação de uma institucionalização sanitária através de órgãos criados pelo poder público municipal, como a delegacia de higiene.

1.1 Relevância do Tema

O conhecimento dos fatos, e da história das ações sanitárias em Taubaté , em que pese a contribuição indireta, embasará uma nova reavaliação sobre as questões sanitária, hoje presente na cidade. Procuramos mostrar verdadeiramente as raízes da construção da primeira rede estrutural de saneamento e das primeiras medidas medicas, visando coibir o avanço das doenças e mortes na cidade.

2.0 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

É objetivo deste trabalho é identificar que as constates doenças que assolaram a cidade de Taubaté, entre (1893-1915), tais como a cólera, varíola e a febre amarela, geraram grandes debates nos jornais e na Câmara Municipal, influenciados pelas idéias de salubridade propostas pelos médicos do Hospital Santa Isabel. Estes debates influenciaram a adoção de uma série de ações sanitárias em Taubaté, por parte do poder publico municipal.

3.0 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 As Ações Sanitárias

As práticas sanitárias foram sempre adotadas pelas autoridades para conter a penetração da peste em algumas regiões. Os 'cordões sanitários', por exemplo, estendiam-se de um quarteirão às fronteiras nacionais e a vigilância e o controle, quase sempre, eram garantidos pela força militar.

O chamado "cordão sanitário, enquanto estratégia de confinamento fazia de cada moradia uma prisão, a prisão domiciliar. A eficácia, muitas vezes aparente do cordão ou da quarentena – práticas sempre associadas –, faz com que até hoje, elas sejam acionadas pelos serviços sanitários, no caso de uma ameaça epidêmica. De qualquer modo, o cordão sanitário, como outras medidas de controle de epidemias, reafirmava o poder do governo da cidade, que a peste ameaçava aniquilar, tal qual fazia com um número crescente de seus habitantes" (ANDRADE, 1992, p. 44).

Entretanto, as constantes epidemias fizeram com que os médicos e as autoridades municipais se preocupassem com as condições de vida da população, tentando criar uma cidade mais salubre. O século XIX foi considerado, por alguns historiadores, o 'Século da Higiene' no mundo europeu, pois diversas ações médicas ali se desenvolveram, fomentando estudos sobre a ressonância do meio sobre as pessoas.

O chamado 'Higienismo' "alterou hábitos arraigados, redesenhando radicalmente a cidade e construindo uma nova cultura técnica; e sua difusão implicou em enormes rupturas nas formas de sociabilidade urbana, que vigoraram até a Revolução Francesa. Assim o Movimento Higienista do século XIX foi, sobretudo, um movimento de reforma da vida cotidiana"(FREITAS, 1935, p.103).

As ações higienistas baseavam-se na 'teoria dos meios', criada por Hipócrates – no ar, nas águas e nos lugares –, onde "traçou os contornos da higiene pública em relação à escolha dos lugares e ao planejamento das cidades" (ANDRADE, 1992, p. 46).

Hipócrates releva o caráter holístico de sua teoria, ressaltando a importância da Astronomia para a Medicina, e indicando que as condições mesológicas devem, ao determinar as especificidades de uma certa localidade, levar em conta a totalidade de seus aspectos, dos mais próximos, como o clima e o solo locais, aos mais abrangentes, como os astronômicos (TOMÁS, 1996, p.105).

Outro discurso que influenciou a ação dos higienistas na modificação do espaço urbano foi a 'teoria dos fluídos', ou dos 'miasmas'. Os estudiosos da Europa do século XIX defendiam que as febres e outras doenças tinham origem nas emanações de gases produzidos pela matéria animal e vegetal em putrefação, assim como pelas águas estagnadas. Nas cidades, as águas deveriam fluir através de canalizações, impedindo, assim, sua ação destrutiva no caso de enchentes.

Se a água deve circular de uma maneira salubre, que faça desaparecer suas qualidades mórbidas, é preciso ordenar seu curso por canais e esgotos. Se o ar – cuja qualidade também depende da boa circulação – encontra-se bloqueado, na cidade, por acidentes naturais e artificiais, tornando-se então veículo de moléstias, é necessário não só destruir morros e matas que impeçam a ventilação, e sanear pântanos produtores de miasmas, como também expulsar, do Centro da cidade, matadouros, fábricas e hospitais, e impedir o sepultamento no interior das igrejas (BRITO, 1945p.03).

O ideário sanitaria acarrejava numa reordenação total dos espaços e num processo de 'embelezamento da cidade'. As Intendências Estaduais, e mais particularmente os Intendentes da Higiene, propunham intervenções ditando uma nova estética e racionalidade urbana. Os focos principais dos "homens da ciência" (LIMA,1998,p.72) – médicos, engenheiros e arquitetos, que atuavam baseados nas teorias científicas da época – eram, principalmente, as áreas críticas, como os lixões e charcos, que se localizavam em locais nobres e centrais das cidades.

No Brasil, um dos mais importantes colaboradores da questão urbana, e da 'higienização' visando a saúde e o bem estar da população, foi Francisco Saturnino de Brito. O trabalho do engenheiro levava em conta as características específicas de cada localidade e era marcado pela racionalidade, técnica e economia, buscando sempre modernizar e embelezar as cidades brasileiras, herdadas dos períodos colonial e imperial.

O modelo de assistência médica e sanitária, que vigorou durante as primeiras décadas da República, tinha como principal característica a adoção de medidas que correspondiam simultaneamente aos dois modelos causais das doenças infecciosas: o contágio e a transmissão.

A Diretoria do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo dava prioridade tanto à adoção de medidas de prevenção da transmissão melhoria das condições de higiene e salubridade do meio ambiente, através de obras para canalização de esgotos e

abastecimento de água; da inspeção sanitária de casas, fábricas, prisões e hospitais; da fiscalização de alimentos e bebidas — quanto a medidas de combate ao contágio — construção de hospitais de isolamento, desinfecções de casas e roupas —, além de ações sanitárias de erradicação das epidemias e endemias. A ação estatal no campo da saúde nesse período se voltou, basicamente, para as medidas de controle do espaço urbano. “Essas ações seriam organizadas mediante sua centralização crescente na esfera estadual, com o predomínio de ações campanhistas, com intervenções sobre problemas sanitários específicos” (MERHY, 1992, p. 93).

Apesar das várias semelhanças com a medicina praticada durante o Império, as ações sanitárias na Primeira República foram fortemente influenciadas pelas descobertas da bacteriologia. Um dos aspectos privilegiados pela ação estatal, nesse período, foi a substituição de práticas localizadas e temporárias por medidas sanitárias mais permanentes de prevenção e profilaxia das doenças.

Do ponto de vista dos poderes públicos, a ameaça era o doente e não a doença. Em virtude disso, durante os primeiros anos da República, as medidas adotadas pelo Serviço Sanitário buscavam, principalmente, o isolamento do doente do convívio com a sociedade. A assistência médica individual não fazia parte da agenda das práticas sanitárias do modelo “campanhista-policial”. As ações sanitárias ficavam restritas às medidas necessárias à erradicação das epidemias.

A construção de hospitais de isolamento, outra forma encontrada pelas autoridades sanitárias de combater a propagação das doenças, tinha como principal objetivo o isolamento do doente. Esses hospitais assemelhavam-se aos lazaretos coloniais. “Nos lazaretos coloniais isolavam-se os doentes de lepra, combatendo-se os leprosos e não a doença, objetivando não a cura ou a sua prevenção através da cura, mas somente a retirada do convívio social de seres desviantes que representavam um risco para a coletividade” (SCLIAR, 1996, p.150).

O tratamento era praticamente inexistente, contribuindo para as altas taxas de mortalidade entre os doentes. Em virtude disso, os hospitais de isolamento eram apontados pela população como verdadeiras antecâmaras da morte.

Segundo Emerson Elias Merhy as ações sanitárias ocorrida no Brasil, no início do século XX, ocorreram em função das imigrações estrangeira e do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, que foram fatores que influenciaram, significativamente, a formulação das práticas sanitárias estaduais. Podemos assim dizer

que a rapidez nos transportes facilitou a disseminação das epidemias pela zona cafeeicultora, levando doentes e vetores a locais ainda não contaminados.

O combate às doenças infecciosas teria sido, o ponto de partida para a transformação e desenvolvimento da medicina no Brasil. Quando se refere a São Paulo, afirma que a medicina estatal, modernizou-se para se adequar à nova estrutura econômica. A criação de institutos de pesquisa e a produção de novos conhecimentos no campo institucional atendiam os objetivos e interesses econômicos da burguesia cafeeicultora (MERHY,1992, p.19).

A saúde pública, quanto política de estado, emergiu na fase republicana, os governos de São Paulo e Rio de Janeiro passaram a realizar gastos orçamentários que antes não existiam, a fim de organizarem uma nova estrutura institucional para políticas públicas do período.

Entre (1890 a 1903) foram criados o Instituto Vacinogênico, o Laboratório Bacteriológico, o Serviço de Desinfecção, O Instituto Butantã e o Primeiro Código Sanitário.

3.2 Preocupações sanitárias

As preocupações sanitárias existem desde os primórdios da humanidade, tendo-se registro na História de avanços e recuos do conhecimento, seguindo a evolução e a decadência das civilizações. Na Idade Média, houve um grande retrocesso no conhecimento construído, ocorrendo o “esmagamento da minoria que detinha os atributos do conhecimento” (MENEZES, 1984, p.46), o que gerou insalubridade ambiental e epidemias.

Com o término do tempo medieval nasce o chamado Mercantilismo (1500–1750), que representou a aurora de um novo momento na História da Humanidade, o período moderno, quando se registraram os primórdios da ciência. O comércio e a indústria cresceram e, com eles, emerge uma nova classe social, a burguesia. As cidades também cresceram e passaram a ser monitoradas por estatísticas. É nesse ambiente que se consolidam os governos centrais e o Estado nacional. Esses governos, algumas vezes, assumiam as ações de saúde pública, mas, no geral, cabia à comunidade local cuidar dos problemas de saúde (ROSEN, 1994, p.22).

Foucault (1979), ao estudar as origens da medicina social e da medicina urbana no mundo ocidental, destaca que, no século XVII, tanto na França como na Inglaterra, a única preocupação sanitária do Estado era com as estatísticas de saúde, não havendo, portanto, intervenções efetivas para elevar o nível de saúde da população, ao contrário do que ocorria na Alemanha. Existem registros que na França a medicina social só aparece no século XVIII, quando passa a ocorrer o que ele chamou de “pânico urbano”, causado pelo estado de degradação das cidades. É daí que surge a noção de higiene pública e o sonho político-médico da boa organização sanitária das cidades.

A Revolução Industrial, no século XIX, gerou uma série de transformações na cidade. Os subúrbios são ocupados pela classe média e operária e os arredores pelas indústrias. A condição de vida do proletariado passa a ser uma preocupação, devido à insalubridade do meio. A nova ordem e a nova cidade passam a ser objeto de observação e reflexão. É justamente nesse momento que surge o pré-urbanismo como disciplina (CHOAY, 1979, p.78).

(ENGELS, 1975, p.56), ao fazer uma descrição detalhada das condições materiais e sociais da classe operária na Inglaterra no século XIX, desnuda a situação

de saneamento da época, revelando os seus vínculos com o processo de acumulação capitalista, que se dava por meio de um intenso processo de industrialização e exploração da força de trabalho. Naquele momento, a Inglaterra efetuava a sua segunda Revolução Industrial e Engels procura retratar a problemática das cidades por meio da condição de vida da classe trabalhadora. Embora a palavra saneamento não tenha sido utilizada por Foucault e Engels, as abordagens dos autores permitem perceber que as preocupações sanitárias se ampliam com a chegada da cidade industrial e que existia uma forte relação entre produção da cidade, condições de saneamento e nível de saúde da população.

Permitem ainda concluir a existência de uma visão de que era necessário sanear a cidade para promover a saúde e garantir a reprodução social e produção de capital. Ao longo dos séculos, o saneamento foi tratado segundo diferentes abordagens. No final da Idade Média, já existia uma relação, mesmo que intuitiva, entre saneamento do meio e processo de doença, concepção que se manteve no século XVII, com a Teoria dos Miasmas. No século XVIII, a causa das enfermidades era entendida pelas condições de vida e trabalho das populações e, com o advento da microbiologia, a concepção “ambiental” foi substituída pela “biológica”, subestimando-se a importância do ambiente físico e social (LIMA, 2001, p. 98).

Assim, apesar dos avanços e recuos, as ações de saneamento tiveram uma relação com a saúde pública. Porém, o fato dos países centrais terem atingido a salubridade nas suas cidades, o saneamento deixou de fazer parte do elenco de preocupações dos governos e da sua população. Porém, a poluição dos recursos hídricos e do ar tomou a cena da problemática da saúde pública, fazendo emergir novas enfermidades e todo um movimento relacionado à defesa do meio ambiente.

No entanto, nos países periféricos ainda persistem níveis baixos de saneamento, constituindo-se em uma importante medida de saúde pública. Pode-se perceber, portanto, que, ao longo do tempo, as preocupações no campo do saneamento passam a incorporar não só as questões de ordem sanitária, mas também a ambiental. A visão antropocêntrica de antes perde um pouco a sua força e dá lugar a uma nova perspectiva da relação sociedade-ambiente.

Certamente, por isso, o conceito de saneamento passa a ser tratado em termos de, saneamento básico e saneamento ambiental.

3.3 As primeiras reformas sanitárias em Paris e no Rio de Janeiro e São Paulo

.Entre 1830 e 1850 a urbanística moderna deu seus primeiros passos, foi nesse período que se pensou nas primeiras leis sanitárias, por parte dos arquitetos e engenheiros, que estavam voltados para a eliminação dos primeiros males, que eram: a insuficiência de esgotos, de água potável e a difusão das epidemias na Europa. (BENEVOLO, 1976,p.91).

A atuação do Barão Haussman em Paris, partiu de um projeto urbanístico que contemplava tanto o uso da área do espaço urbano, quanto obras estruturais como rede de esgoto e instalações hidráulicas que elevassem o fornecimento de água. (BENEVOLO,1976, p.100)

No final do século XIX Paris era um modelo urbanístico e salubre que em momento algum lembrava o passado medieval da Europa, ou melhor, um modelo a ser seguido por outras cidade e nações.

Ao contrario de Paris, a Cidade do Rio de Janeiro:

Em 1900, ainda guardava o cunho desolador dos velhos tempos do rei, dos vice-reis e dos governadores, com ruas estreitas, vielas sujíssimas e becos onde avoluma o lixo. O novo regime não teve ainda tempo de modernizar o Rio. Mesmos as artérias principais (Ouvidor, Ourives, Uruguaiana, Gonçalves Dias, 1ºde Março) são pouco espaçosas . E as outras ruas, mais distantes do centro, como as que cercam o largo da Misericórdia, não passam de vielas curvas e malcheirosas (MICELLI, 1981, p.55).

Nas praças mais amplas quase não existem arvores permitindo que o sol torne abrasador o calçamento de paralelepípedos e os passeios de lajes altas. Pavimento e calçada apresentam-se esburacados.

Dentro dos sobrados centenários, remanescentes ou copias dos tempos colônias, as senzalas dos rés-do- chão se transformam em bares, lojas e oficinas. Sem esgoto e sem janelas nos quartos, os outros andares dos sobrados do centro da cidade são um “dédalo de corredores e alcovas” (EDMUNDO, 1956, p.83).

Em 1900 o jornalista Raul Perdeneiras escreveu no jornal Correio Carioca:

A cidade é um mostro onde as epidemias se albergam dançando sabats magníficos, aldeia melancólica de prédios velhos e acaçapados a descascar

pelos rebocos, vielas sórdidas cheirando mal, exceção feita da que se chama rua do Ouvidor, onde (...) o homem do burro sem rabo cruza com o elegante da região tropical, que trás no mês de fevereiro sobrecasaca preta de lã inglesa, e (...) dilui-se em cachoeiras de suor(...). O povo esta sem instrução. A industria, desprotegida. Os serviços públicos, de molas perras (...). Só o comercio progride, o honrado comércio desta praça com o comendador à frente, o quilo de 800 gramas, o metro 70 cm (CORREIO CARIOCA-1900, nº 5 p.02).

O anseio do Rio de Janeiro de se constituir numa metrópole européia, assim como a Paris planejada por Haussman, e mundialmente admirada, terminava abruptamente no cais do porto. Havia, apenas as belezas naturais, que os estrangeiros admiravam de longe, no convés de seus navios. Mas não desembarcavam. Vista a paisagem, sem colocar os pés em terra, seguiam viagem rumo a Buenos Aires. No conceito internacional, o Rio de Janeiro; era para se olhar, jamais desembarcar nela. Na Europa as boas companhias de viagem anunciavam em suas propagandas: “Trânsito direto para Buenos Aires, sem passar pelo Brasil e pelos perigosos focos de febre amarela da cidade do Rio de Janeiro” (PRIORE, 2001, p.32).

Ao que consta, a febre amarela fora introduzida no Rio de Janeiro por um cargueiro norte-americano, e aí encontrou solo fértil. O porto, de vigamentos podres, prolongava-se sobre terrenos alagadiços, onde o mosquito transmissor da moléstia encontrava abrigo. O intenso comércio local e o crescimento da população, vivendo em péssimas, condições de higiene, faziam o resto. Entre a população pobre, a moléstia tornava-se endêmica, minando as forças do doente, mas matando relativamente pouco, segundo o Jornal Correio Carioca (987 óbitos em 1902).

Mas, para os forasteiros, o contato com o porto era mortal. Dentre os imigrantes chegados ao Rio, calcula-se que quatro quintos em pouco sucumbiram à febre amarela. Troupes inteiras de companhias teatrais eram dizimadas. E se no verão o porto e a cidade eram assoladas pela febre amarela, no inverno havia a varíola (3566 mortes em 1904) segundo o Jornal Correio Carioca. E alem da cólera, a multiplicação dos ratos ameaçava frequentemente com surtos de peste bubônica. Na falta de recursos para com um hospital, muitos tuberculosos abrigavam-se em cortiços e favelas. (MICELLI ,1981.,p 76).

A febre amarela, como a cólera, a varíola e a peste bubônica era o alto preço que o Rio de Janeiro pagava por um crescimento desordenado. A febre começou a ganhar amplitude depois de 1850, enquanto a varíola chegava pela migração interna, e a peste

pelos ratos nos porões de navios estrangeiros. A principio, tentou-se minimizar o problema, negar o vulto da questão sanitária, mas, depois que as freiras do Colégio Sion, após a morte de sua superiora, abandonaram apavoradas a cidade, a questão ganhou foros de escândalo. A falta de outras providências, nos meses de verão, fez com que as pessoas de posses abandonassem o Rio de Janeiro.

Em 1902 assumiu a Presidência da Republica, um ex-conselheiro do Império e rico cafeicultor paulista Francisco de Paula Rodrigues Alves, que imbuído das ideias republicanas e associado ao interesse de melhorar a visão da Capital Federal para os olhos dos estrangeiros, passou a criar um programa de saneamento e urbanístico.

No manifesto que endereçou à nação no dia de sua posse, Rodrigues Alves salientou “que a Republica deveria continuar seu programa de amparo a produção, estímulo à imigração, ocupação dos solos férteis, incremento de transportes, proteção à entrada de capitais e sanear a capital federal e o restante do Brasil” (JORNAL O MALHO, 1902 p.01).

Para atrair imigrantes e capital estrangeiro era necessário sanear e modernizar a Capital Federal abrindo perspectivas de progresso. O Brasil precisava entrar no século XX.

Aos interesses da imigração, dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, pretende-se a necessidade do saneamento desta capital, trabalho sem duvida difícil porque se filia a um conjunto de providências, a maior parte das quais de execução dispendiosa e demorada (JORNAL O MALHO, 1902 p.03).

Logo o Rio de Janeiro iria se transfigurar com uma rapidez vertiginosa: simultaneamente às campanhas de saneamento, novas avenidas seriam abertas e antigos quarteirões demolidos.

Pereira Passos, filho de um cafeicultor fluminense e engenheiro formado pela Escola Militar, assumiu a Prefeitura com plenos poderes para executar seus planos de “remodelar o porto, alargar as ruas mais movimentadas, derrubar os pardieiros, desafogar o centro”. O prefeito cercou-se de dois assessores: os engenheiros Paulo de Frontin e Francisco Bicalho. (MICELLI, 1981, p. 44)

A tarefa de Bicalho levantaria menos a opinião publica. Ficou encarregado de reconstruir o cais do porto, desde a Praça Mauá até o canal do Mangue (3.500metros), corrigindo o traçado litorâneo e ganhando do mar 175.000 m² de aterro. Alem disso

deveria reequipar o porto dotado de 52 novos armazéns e igual número de guindastes elétricos.

Enquanto Bicalho trabalhava no porto, Paulo de Frontin atacava o centro. Planejou o traçado da nova Avenida Central, em fevereiro de 1904, presentes o presidente e o prefeito, foi lançada sua pedra fundamental. Mas antes de construir avenidas como essa, era preciso desobstruir o centro, derrubar todas as casas e cortiços do caminho. (SEVCENKO,1998, p.79)

Começava o “bota abaixo”, com exércitos de demolidores explodindo habitações e removendo entulho, são alargadas várias ruas, obriga-se a trocar assoalho, rasgar janelas nas paredes escuras dos quartos, jogar fora o lixo dos quintais. (NOVAIS,1998 p. 67)

“Bota abaixo! Bota abaixo!. Este prefeito fugiu dos Hospício? Reclama o povo aturdido entre os escombros da cidade” (REVISTA FON-FON 1904 p.13). Assim, a população se referia ao prefeito Pereira Passos, afinal as modificações propostas pelo prefeito apenas atendia a uma elite e aos interesses econômicos do novo regime que desejava fazer do Rio à Paris dos trópicos. O Rio de Janeiro foi palco de uma firme tentativa de reformar os costumes, aliando o controle e o redesenho dos espaços públicos ao ataque violentíssimo aos espaços privados e as propriedades edificadas.

Esse mesmo fenômeno no qual o povo ficou a margem do processo higienista, décadas antes, os ingleses encararam com suspeita as reformas urbanísticas e sanitárias , propostas na cidade de Manchester, pois antes de 1835 o *Ancien Regime*, não tinha qualquer controle da autoridade pública sobre a atividade particular, com o surgimento das novas leis urbanística , o Estado passava a possuir instrumentos legais para interferência no privado. (BENEVOLO,1976 p.71)

Em 1903 foi imposta à cidade do Rio de Janeiro uma nova legislação de usos e costumes, que estabelecia drásticas mudanças no viver na Capital Federal, pois proibia-se a edificação de construções baratas para serem alugadas, como estalagens e cortiços, e de casas térreas num amplo perímetro que englobavam o centro e os bairros ao sul, além de regular enfaticamente as novas edificações. A parte referente às condições do terreno estabelecia normas quanto ao aterro dos pântanos ou alagadiços; proibia que em ruas novas ou pouco edificadas se construísse em terrenos com menos de 6 m de largura, visando a limitar o parcelamento especulativo indiscriminado dos lotes urbanos, e, quem sabe, inviabilizar as pequenas moradias em áreas que tendiam a ser

rapidamente ocupadas; exigia que todo o terreno construído fosse fechado por um muro ou gradil. (MARINS,1997, p.87)



Figura 1. Alargamento da Rua Uruguaiana no Rio de Janeiro em 1904
Fonte www.rioquepassou.com.br

Tratando das construções que deviam satisfazer os prédios a construir ou reconstruir, regulamentava as fachadas, as paredes divisórias de prédios contíguos, os alicerces, os materiais de construção empregados, o arejamento e a ventilação, a altura máxima dos prédios em relação a largura das ruas, a colocação de reservatórios de água, encanamentos de esgoto, latrinas e etc.(NOVAIS ,1998, p.103)

Os 219 barracos da favela da providencia já preocupavam as autoridades em 1904, e os 450 do morro do Santo Antonio.

Em uma conferencia realizada ultimamente entre os Srs. Drs. Chefe de Polícia, Prefeito do Distrito Federal e Director Geral de Saúde Publica, ficou resolvido o completo saneamento dos morros desta capital. As três autoridades vão trabalhar nesse sentido de commum acordo, para a melhoria das condições hygienicas dos referidos morros expurgando-os ao mesmo tempo das maltas de desocupados que alli existem nos referidos casebres (JORNAL DO BRASIL, 1904, p.4).

Aos poucos o Rio de Janeiro foi recebendo novas construções e largas avenidas, a instalação da rede de esgoto e água em todo o centro da cidade, os prédios muitos deles passaram a ter suas fachadas lembrando os prédios franceses.



Figura 2- Avenida Central quando inaugurada em 1905, buscava afirmar o Rio de Janeiro como sede do governo republicano e símbolo do projeto sanitário de Pereira Passos

Fonte: www.revistanossahistoria.com.br

Outro artifício do projeto sanitarista de Pereira Passos e Rodrigues Alves no Rio de Janeiro, foi o médico sanitarista Oswaldo Cruz (1872-1917).

Com suas políticas de saneamento, Oswaldo Cruz mexeu com a vida de todo mundo, sobretudo dos pobres. Em julho de 1904, o governo propôs uma lei que tornou obrigatória a vacinação motivando petições contrárias por cerca de 15 mil pessoas.

A lei foi aprovada em 31 de outubro; no dia 9 de novembro, Oswaldo Cruz propôs uma drástica regulamentação, exigindo comprovantes de vacinação para matrículas em escolas, empregos, viagens, hospedagens e casamento. Estava até previsto multa para quem resistisse. A proposta vazou para a imprensa e, indignado a população carioca gerou, a maior revolta urbana já vista na capital, denominada Revolta da Vacina em 1904. (CARVALHO, 2000, p.49)

Na raiz dos distúrbios estava um problema sanitário . Oswaldo Cruz escolheu três doenças como foco da empreitada: a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Combater o mosquito transmissor da febre era fundamental para conter o avanço da doença. Brigadas de mata mosquito, saíam pela cidade invadindo cortiços e casas.

Limpavam, desinfetavam, exigiam reformas e interditavam esses ambientes, removendo os doentes de seus lares. Só no segundo semestre de 1904, foram 110 mil visitas.

Mesmo sob insatisfação popular, a campanha deu bons resultados. As mortes que em 1902 chegavam a cerca de 1 000, baixaram para 48. Cinco anos depois, em 1909, não era registrada, na cidade do Rio de Janeiro, mais nenhuma vítima da febre amarela.

Grande marco da República sanitaria foi à criação do Instituto Soroterápico Federal, hoje Fundação Oswaldo Cruz, que funciona no Castelo Manguinhos, esta instituição foi fundada como o objetivo de produção de soro e vacina contra a peste bubônica nos primeiros anos da República .

Atualmente a Fiocruz é um importante centro brasileiro de pesquisa na área da ciência e tecnologia em saúde. Foi em suas instalações que pela primeira vez no país se isolaram os vírus da aids, da dengue e da hepatite A- e pela primeira vez no mundo, os vírus *picobirna e picotrirna* ligados a diarreias no homem e nos animais.(SEBE, 2000,p.33).

O Rio de Janeiro adotou um projeto sanitaria, já as autoridades paulistanas aderiram a um conjunto de ações sanitárias isoladas. Devemos lembrar que o Rio de Janeiro passou por uma planificação, que gerou um projeto saneador e urbanístico, ao contrario de São Paulo que tomou pelas ações sanitárias emergenciais com objetivo de tornar-se pólo industrial. Por isso a necessidade de organizar, sanear, drenar pântanos e áreas alagadiças, pois essas ações sanitárias caminhava dentro de duas idéias. Primeira inserir a cidade no capitalismo do século XX e depois buscar áreas para serem ocupadas tanto pelas elites como pelos imigrantes que estavam chagando para ser mão de obra na indústria paulista.

“São Paulo não é uma grande cidade, mas um amontoado de pequenas cidades construídas uma ao lado da outra, uma cidade que está em vias de se transformar em cidade grande, e a única coisa grandiosa nela e seu futuro”, assim dizia o viajante alemão Hessen- Wartegg em sua primeira visita ao Brasil .

Separando as freguesias da cidade, havia colinas, espigões, rios e várzeas alagadas, tornando necessárias várias obras de engenharia e saneamento.

Desde os tempos da Colônia, pontes rudimentares ligavam o centro à povoação afastada de Nossa Senhora da Penha de França, no extremo da Zona Leste. Entretanto, elas precisavam ser frequentemente reconstruídas devido às enchentes do rio Tamandateí e de riachos vizinhos. No século XIX, as terras da várzea do Carmo constituíam a região maldita da cidade, zona pobre e insalubre, de lá se disseminavam doenças como tifo, peste, impaludismo, tuberculose, varíola e meningite.

Na década de 1860, com a implantação de ferrovias e linhas de bonde a burro, ficou mais fácil a travessia da várzea, embora essas vias fossem frequentemente obstruídas e danificadas por inundações. Por volta de 1875, realizaram-se obras de aterro nesses pântanos e as pontes foram reconstruídas de pedra.

O crescimento vertiginoso de São Paulo a partir da década de 1870 foi fruto do grande crescimento da economia cafeeira e da chegada dos imigrantes. De 1886 a 1900, a população de São Paulo cresceu cinco vezes. O geógrafo francês Pierre Monbeing caracterizou o fenômeno da especulação imobiliária nesse período como uma epidemia de urbanização (BASTIDE, 1969, p.77).

Uma crônica de 1890, publicada no *Correio Paulistano*, nos dá uma boa idéia do que ocorria : “*Os velhos prédios caem por terra, demolidos pela picareta civilizadora. No lugar deles erguem-se, da noite para o dia, vestidas e confortáveis edificações*” (CORREIO PAULISTANO, 1890,p.05).

Entretanto, a despeito desse movimento, desse espetáculo que por todos os lados se apresenta de casas em construção, não corresponde à oferta de edificações à proporção da procura de casas pela sempre crescente população da cidade. (SEGAWA, 1979, p.69).

Vê-se, portanto, que a construção de moradias dignas e em número suficiente não foi cogitada pelas políticas públicas da época e a solução, embora inadequada, foi dada pela iniciativa privada, por meio da construção de cortiços por pequenos empreendedores, nas regiões da Sé, Libero Badaró e Santa Efigênia.

Os cortiços, porões, casas de aluguel e outras formas de habitação popular logo se constituíram em um dos primeiros problemas urbanos: o aumento da densidade populacional, gerado pelo fluxo constante de imigrantes pobres. Isso provocou epidemias como a da febre amarela em Santa Efigênia, em 1893.

Cita-se abaixo o trecho de um relato do inspetor sanitário do Estado de São Paulo produzindo em 1894, que descreve a situação destas habitações pobres:

Os indivíduos que vivem na miséria e abrigados aos pares em cubículos escuros e respirando gases metafísicos, que exalam de seus próprios corpos não asseados, pedem de uma vez os princípios da moral e atiram-se cegos ao crime e ao roubo, de forma a perderem sua liberdade ou a ganharem por essa forma meios de se alimentarem ou dormirem melhor (SANTOS,1998, p.147).

Mas foi só no começo do século XX, na administração do prefeito Antonio Prado, que fizeram-se trabalhos mais eficazes na área de higiene. Aterram-se várzeas, construíram-se novas pontes. Brigadas de saneamento, chefiadas por Vital Brazil e Saturnino de Brito, iniciaram a desinfecção dos focos de doenças.

No governo de Antonio Prado, São Paulo começou a usar as mais avançadas tecnologias de sua época, para a questão do saneamento básico e isso permitiu um controle eficaz das doenças mais comuns (varíola, tifo e sarampo), mas que matavam grandes contingentes da população. Para conter a proliferação dos casos de raiva, as autoridades sanitárias promoveram uma caça implacável aos cachorros vadios e dizimaram um grande número deles.

A Companhia Cantareira e Esgotos que administrava o reservatório da Serra da Cantareira fora encampado, pelo governo do estado, para atender melhor as necessidades da população. De boa qualidade, a água só atendia o reservatório da consolação com os “fantásticos” seis milhões de litros. Isso abastecia somente um terço da cidade (Sabesp, 2001, p 03).

Essa companhia foi a responsável por construir quase metade das instalações de rede de esgoto e água de São Paulo no início do século.

Prado começou a canalizar os córregos a fim de eliminar focos criadores de mosquitos, e a construir galerias de águas pluviais e quase todos os espaços urbanos passaram a se tornar atraente.

Porém o centro e os bairros operários de imigrantes, como a Mooca, Bexiga e o próprio centro da cidade existiam muitos cortiços, focos disseminadores de doenças. Esses cortiços e casas insalubres fizeram o médico Vital Brazil levar sua brigada para visitar esses imóveis e erradicar doenças, mas nem sempre com muito sucesso, devido a resistência de se tomar vacina, conforme podemos observar fato no Rio de Janeiro anteriormente citado.

As áreas insalubres do centro fizeram a elite paulistana, buscar novos bairros, tal como o Campos Elíseos, que foi altamente valorizado com a chegada da luz pela Companhia Light e o bonde elétrico.(SEIXAS, 1998, p.49)

Outra área ocupada foi o espigão da Paulista, que tinha como via pública principal a Avenida Paulista aberta em 1891, com o objetivo da elite fugir dos ares doentes do centro, muito embora acredita-se que a elite buscava mais o distanciamento das classes trabalhadoras. (SEVCENKO,1998,p.88)

Como bem Ivo Seixas afirma, em 1916, nasceu o bairro mais bem planejado da paulicéia era,o Jardim América, também denominado bairro cidade jardim. Para constituição do bairro, foi feito um grande investimento em infra- estrutura, como drenagem das terras pantanosas, produzidas pelas cheias do rio, elevação das ruas para o escoamento de água, rede de esgoto e água encanada e pavimentação das ruas. As ruas chamadas de boulevards, tinha 22 metros de largura para permitir a circulação de carros e todo arborizada. (SEIXAS,1998, p.56).

Este conceito de moradia denominado cidades jardim esta ligado a tradição das utopias da primeira metade do século XIX, especialmente a de Owen, entendida como comunidade perfeita e auto-suficiente, síntese de cidade e campo, com os significados sociais que lhes são tradicionalmente anexos; do outro lado, o conceito de casa unifamiliar no verde, que é um pouco a redução do ideal precedente por obra da cultura vitoriana na segunda metade do século, com a tônica, entretanto, colocando mais na *privacy* do que na relações sociais, uma tentativa de subtrair a vida familiar à promiscuidade e à desordem da metrópole e de realizar, digamos assim o máximo de ruralidade compatível com a vida urbana.(BENEVOLO,1976, p 356)

Foi a Cia City responsável pelo empreendimento falava em um projeto urbanístico e saudável, longe das doenças, em um anúncio da Cia City assim descreve o loteamento salubre “vida de campo,tranqüila e sadia em plena Capital e com todos os confortos das grades metrópoles republicanas só no Jardim América, inconfundível bairro modelo, verdadeiro jardim de residências” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1917, p.03).

3.4 O Sanitarismo em Taubaté

Nas ultimas décadas do século XIX Taubaté, não diferenciava de qualquer outra cidade brasileira com relação aos aspectos higiênicos, pois as edificações pouco ou quase nada eram salubre, a ausência de água corrente geravam sazonalmente algum tipo de doença, até porque a cidade era abastecida precariamente pelos chafarizes públicos, bicas, cacimbas particulares e publicas. (SILVA, 2007,p.47)

Em 1873 a febre amarela e a varíola geraram uma grande epidemia. Segundo Mello Junior os primeiros casos surgiram em novembro de 1873, no dia 12 de dezembro o Dr Antonio Teixeira de Souza Alves incumbido pela Câmara, improvisou nos baixos do Convento Santa Clara um hospital para receber os enfermos, cujo numero diariamente aumentava, em pouco tempo rara a casa da cidade onde não houvesse pelo menos um doente. Nove meses perdurou o fragelo; somente em julho do ano seguinte teve o declínio da doença.

Segundo o bissemanário “Paulista” de abril de 1874, publicou o relatório apresentado à Câmara pelo medico; o resumo aqui transcrito deixa clara a proporção alarmante do atendimento considerando-se a magra densidade populacional citadina na época; contava o município cerca de trinta mil habitantes e, destes, a maior parte estava na zona rural. O número de enfermos traduz com fidelidade os pavorosos dias então vividos:

Uma estatística geral dos afetados em todo o município não foi possível organizar; somente podemos dar conta exata do seguinte:

Tratados no Hospital Santa Isabel	288
Tratados pelo Dr Barbosa	148
Em clinica particular	92
Tratados no hospital do isolamento	300
Total	828

Segundo nota que nos ofereceu o fabriqueiro a mortalidade geral foi de 393. Adicionando a este numero mais 30 que houvessem se eximido de dar nota, temos que a mortalidade geral foi de 423 (PAULISTA, 14-03-1874,p 02).

Tamanho foi o numero de mortos que não havia espaço físico para tantos sepultamentos, e por determinação da Câmara Municipal foi criado o cemitério do lazarento no mesmo ano de 1873, que localizavas-se segundo Emilio Amadei Beringhs.

Como se sabe, havia dificuldades no sepultamento das vítimas das epidemias . Assim sendo, criou-se um cemitério especialmente para isso, que foi implantado ao longo da hoje rua Voluntario Benedito Sergio na estiva, justamente no local onde esta sendo construído o conjunto do SESI e ao lado do campo de futebol do União Operaria F.C (Berings,1971,p.54).

O quadro da varíola em Taubaté lembrou a pandemia na Europa. Segundo Jeanette Farell na Europa “as vítimas morriam quase imediatamente. Pai abandonava filhos; a mulher; o marido; um irmão, ao outro. Membros de uma mesma família traziam seus mortos para uma vala da melhor maneira que podiam, sem os ofícios divinos. Em muitos lugares os corpos se empilhavam em razão da ausência de pessoas para enterrar” (FARREL,2002,p 97-98).

A epidemia varíola em Taubaté deixou um deficit populacional na cidade, gerando um grande número de órfãos, razão pela qual criou-se inicialmente a casa de órfãos que era administrado pela Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, em 1879, pois muitas crianças perderam seus pais e até parentes mais próximos e ficaram sem assistência familiar, contando apenas com a assistência filantrópica. (MELLO JUNIOR,1978, p.42).

A elite médica da cidade que se concentrava no Hospital Santa Isabel, passou a preocupar-se com a questão higiênica da cidade, a fim de evitar uma possível reprise dos fatos de 1873.

E assim iniciou-se ações isoladas visando a higiene, não existiam projetos estruturados , como o que já mencionamos nos casos de Paris onde o Barão Haussman criou leis sanitárias e um projeto urbanístico, ou como o próprio caso do Rio de Janeiro que contou com um projeto que contemplava a engenharia e a saúde publica.

Todos os esforços feitos em Taubaté no período (1893-1915), não passaram de ações sanitárias, e estavam longe de possuir inclusive um plano diretor, muito embora possa afirmar categoricamente que não houvesse planos diretores para o desenvolvimento da cidade até 1958, percebe-se que os atos oficiais estavam carregados de intenções e definiram atitudes para o bom andamento e funcionamento da administração pública, que pode ser observado quando foi deliberada em 10 de Outubro de 1897 a determinação de ser estabelecer “o plano de arruamento em todos os arrabaldes da cidade, a fim de que a povoação cresça com regularidade” (GUISARD, 1943, vol. V, p.245).

A cidade cortada pelos córregos do Convento Velho, Sagüiru e Judeu eram fortes focos transmissores de doenças e criadouros de mosquitos, porém grande parte ou melhor a maioria da população desconhecia, as maneiras transmissoras de doenças.

No semanário O Norte vimos seguinte:

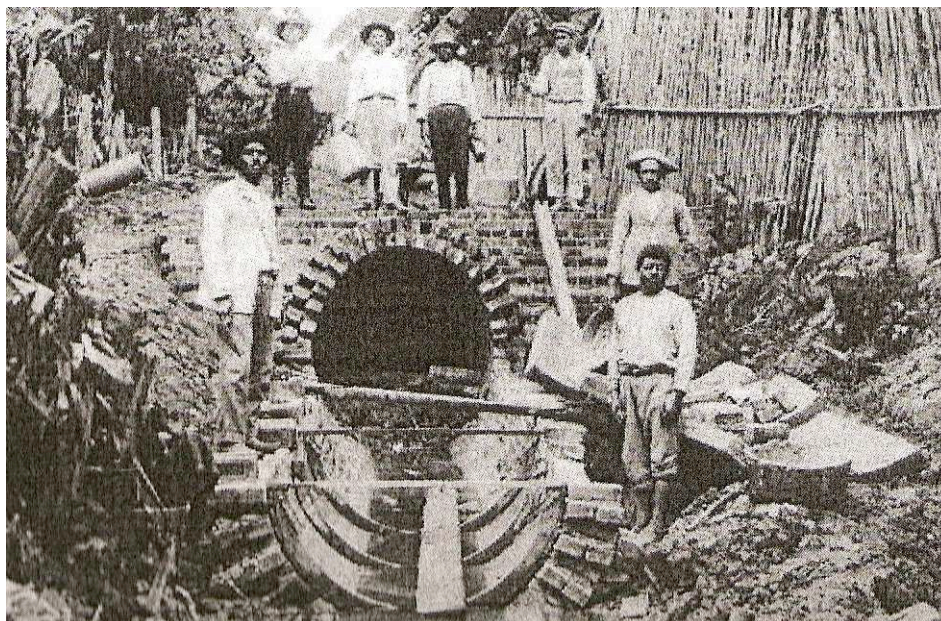
Os pais desavizados deveriam informar as suas creanças que a medicina moderna não aconselha banhos em córregos, pois lá se lavam roupas, joga-se excrementos, e portanto os micróbios podem contaminá-las. Dr.Patto (O NORTE, 1896,p.04).

O Jornal de Taubaté de 1898 assim diz:

Senhores proprietários de terrenos a Câmara Municipal solicita para que os senhores que possuem terrenos alagadiços que ficam as margens do córrego do Convento Velho, façam a fineza de alinhar os mesmos para não se formar lagoas com as constates enxentes do mesmo, afim de não se formar criadouros de doenças, que podem novamente assolar a cidade. A Câmara concederá prazo de 1 mês para que se o proprietários façam as obras. Caso não ocorra os donos dos terrenos serão multados em 3\$000 Réis pelo poder público por atentar contra a municipalidade. Duvidas procurar o fiscal senhor Lamartine na Câmara Municipal (JORNAL DE TAUBATÉ,1898, p .01).

Em 1894 o Dr Gabriel Monteiro Patto detectou que as condições higiênicas das casas eram precárias, que a água encanada havia coberto apenas as ruas centrais e que as regiões periféricas como do Convento Santa Clara e Largo da Forca, atual Praça Santa Terezinha até o córrego do Judeu, onde hoje localiza-se a avenida Walther Thaumathurgo as habitações eram carentes, águas eram recolhidas em chafarizes, fazia-se necessidade e ateva nos córregos em barris de madeira, e que a falta de higiene trazia as doenças, e a população ignorava os fatos. Assim dizia o Dr Gabriel :

Temos muito falado com o Engenheiro Fernando de Mattos, responsável pela Companhia Norte Paulista, para que se avance com as redes de água e esgoto pelo longincos bairros desta cidade, o numero de doenças só cresce no hospital da irmandade, as creanças são as principais vitimas em razão de sua fraqueza natural, na próxima semana iremos formar um grupo de médicos para visitar as casas da cidade para verificarmos a realidade das condeções de higyene (O NORTE,1894, p.1).



**Figura 3. Canalização do Córrego do Convento Velho.
Fonte: Divisão de Museus e Patrimônio e Arquivos**

Já no dia 24 de março de 1894 são informados pela imprensa os médicos que irão fazer parte da peregrinação nas casas.

Os médicos da Irmandade de Misericórdia de Taubaté irão a partir dos dias 7 de Abril visitar as casas da cidade para orientar os moradores sobre higiene, uma vez que tem aparecidos muitos casos de febre amarela no hospital, também encontra-se muitas crianças com barriga d'água. Foram escolhidos os drs. Gabriel Monteiro Patto, Dr Theodoro Winther, Dr Sayao Lobato e Dr Luiz Martinez (O Norte 1894,p.6).

Outro fator de insalubridade e desconhecimento das causas das doenças,era a formação dos cemitérios. Segundo a pesquisa de Benedito Assagra Ribas de Mello o Cemitério da Ordem Terceira de Taubaté, construído pelos irmãos nos terrenos do Convento de Santa Clara, sempre esteve muito próximo da trama urbana e de cursos d'água, como o Córrego do Convento Velho (MELLO,2004,p.43). Isso mostra o total desconhecimento das ações maléficas, quando se edifica algo que gera um impacto ambiental e um atentado a saúde publica. Pois muitos habitantes da cidade consumiam águas do Córrego do Convento Velho, através do Chafariz do Bosque, que era abastecido por este manancial que cortava a cidade. (SILVA,2007,p.38).

Outro cemitério na cidade localizava-se no largo do Teatro em um terreno argiloso e próximo a cacimbas. Muitas eram as colocações de algumas autoridades

médicas da cidade que eram por hora ignoradas pelas autoridades da época como o Dr Emilio Winther, como bem podemos verificar.

O cemitério municipal esta colocado num terreno argiloso, pouco permeável e compacto, no qual se encontra água na profundidade de um metro, pouco mais ou menos, durante o tempo chuvoso, julgo portanto, péssimas as condições higiênicas do nosso cemitério municipal, e opino para que não se continui os enterramentos no mesmo e que se construa outro cemitério em áreas longes da cidade e das pessoas (O NORTE,1885,p. 03).

A partir dessa colocação do Dr .Winther que na ocasião, também fazia parte da Câmara, na condição de vereador, ressaltou em seu parecer as regras que se recomendavam para a instalação de um cemitério. Concluiu então, diante da incompatibilidade dos preceitos legais, que a localização do cemitério em uso era reprovável principalmente devido ao estudo de um químico local, Geo Laing, sobre a natureza argilosa da área, imprestável para este fim. (GUISARD 1943, Vol. IV, p. 275).

Outro medico o Dr. Teodoro Reichert, alem de condenar, como Dr. Winther, a localização do cemitério, a profundidade das covas e a qualidade da terra, encerra de modo catastrófico e conclusivo: *Continuando a inumação no referido cemitério (...) transformará Taubaté, numa das cidades mais saudáveis do Brasil em uma das mais pestíferas* (O Taubateano, 19 fev.1895).

Após consultas os médicos do Hospital Santa Isabel, recomendaram a construção do cemitério na área conhecida como Alto Humaitá, indicando este sítio como o mais adequado para a higiene e salubridade publica. A escolha não foi unanimidade, pois o Pe. Mariano, em sessão na Câmara, pediu a palavra e condenou a escolha do terreno no Alto Humaitá, por ficar na “cabeceira da cidade”, batido continuamente pelo Vento Sul e possuir vertente de água. O Pe. Mariano foi, no entanto voto vencido. A Câmara pôs em uso o cemitério em 02 de dezembro de 1896, que foi, por muito tempo o limite físico de Taubaté.

Assim os médicos procuravam então tomar medidas profiláticas para impedir o aparecimento das doenças, combatendo nos casos de seu aparecimento, deslocando a atenção da doença para a saúde, tentando interferir diretamente sobre as determinantes naturais e urbanísticas .

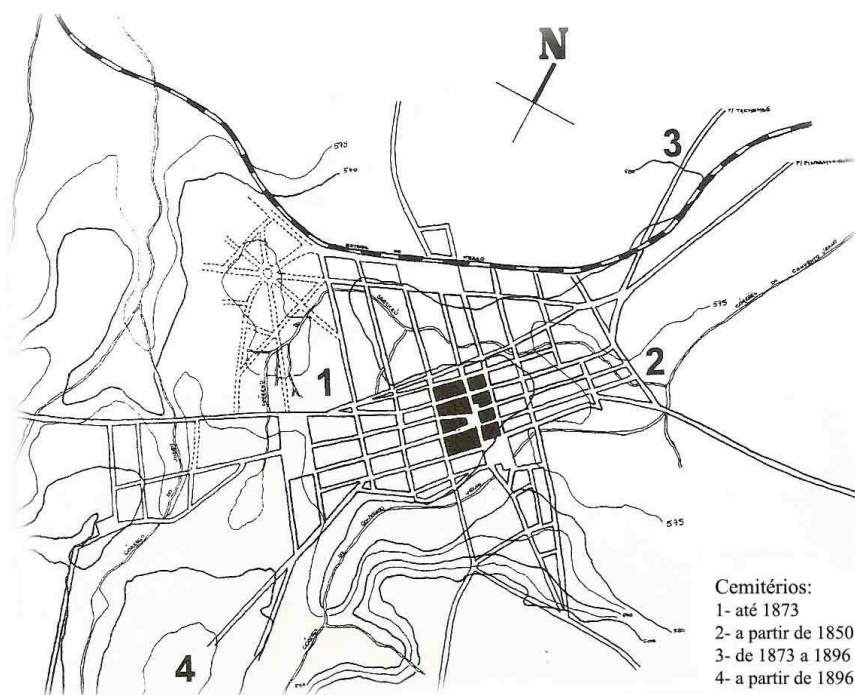


Figura 4. Planta da cidade de Taubaté de 1901
Fonte: Acervo da Divisão de Museus Patrimônio e Arquivo Histórico de Taubaté

Em 1901 Taubaté passou por um grande surto de cólera, aumentando o número de leitos o Hospital Santa Isabel, como Mello Junior citou um trecho da carta do doutor Sayão Lobato ao Dr Winther:

Chegaram ao hospital nesta data de 06 de agosto de 1901, 33 pessoas com forte febre e defecando em grande quantidade, basta lembramos temos apenas 80 vagas de leitos Dr. Winther, precisamos acomodar se por ventura vierem mais doentes na unidade do hospital do isolamento, senhor doutor os casos de cholera são muito intensos em nossa cidade, precisamos tomar medidas maiores junto aos senhores das leis (MELLO JUNIOR, 1976, p.77).

O Dr. Gabriel Monteiro muito discutiu sobre as regiões alagadiças de Taubaté em fins do século XIX, pois eram os focos criadores do vibrião colérico. As constates reclamações por parte do Hospital Santa Isabel, levou a debates na Câmara Municipal, em razão dessas áreas consideradas insalubres.

Nas atas da sessão ordinária de 27 de fevereiro de 1901 o Cel Gomes Nogueira então presidente da Câmara de Taubaté, assim se posiciona, em razão uma postura

exigindo dos proprietários de terrenos alagadiços que fizessem as obras de aterro dos mesmos, sob pena da imposição de multas severas, também sobre o problema da abertura de uma vala que escoasse as águas estagnadas nas proximidades do Teatro São João e o caso das enchentes que atingem a plantação de um comerciante de verduras da época: (...) *É sabido que em todas as estações chuvosas renovam-se estas questões intermináveis de águas estagnadas nos quarteirões desde a antiga Rua do Quilombo (...) Se consultarmos os livros desta Câmara encontraremos nas atas de suas sessões todos os anos resoluções das mesmas Câmaras sobre este assunto e sempre sem um fim, porque a seca que segue às águas dêsse trabalho se encarrega. Já a quase 30 anos existiu ali uma ponte em cada esquina do atual Teatro, e profundas valas de esgôto, nem por isso deixou-se de tratar anualmente do assunto (...) No momento ano passado em sessão desta Câmara, fui por ela autorizado a convidar os proprietários dos terrenos que se alagam para que se enterrasse embora a Câmara auxiliasse-os com alguma coisa; e entendi-me com alguns proprietários, mas não havendo postura coercitiva, foram as questões confundidas e nada se alterou. (...). É claro que esta postura uma vez posta em execução tem de custar aos proprietários de terrenos alagadiços algum dinheiro, mas essa despesa é amplamente compensada pelo aumento de valos que recebem esses terrenos, sendo comparativos aos que se adquire aterrados (...) O que o senhor José Tavares como encarregado do teatro quer na petição é continuar a vala feita pelo sr. Barbosa d'Oliveira para escoarem-se aqueles terrenos alagados que alguém supõe serem o manancial donde abastece-se de água a caixa do Teatro. Nada mais razoável desde que essa vala vá sendo aberta canalizada com tubos ou tijolos e imediatamente coberta para que nada sofra trânsito a pé, a cavalo, de bonde, etc por essas ruas – Pretende-se porém abrir as valas e aberta deixarem é um pouco pior do que reduzirmo-nos ao estado em que nos achamos há 30 anos, e do qual convém sairmos (...). Outro caso que devemos nos atentar e para esquerda da rua onde encontra-se o cemitério que sempre alaga e o senhor José Antenor que possui uma plantação de verduras e as pessoas que ali passam adquirem verduras que em muitos casos nessa época de enxente entra em contacto com a água empossada” (GUISARD, 1943, vol V, pp 263-265)*

Os debates com relação à poluição dos rios, das áreas alagadiças que tornava a cidade insalubre começou a ganhar projeção no início do século XX, o Dr Gabriel

Monteiro solicitou a Câmara Municipal que se canalizasse córregos, e fossem feitas melhorias no serviço de coleta de resíduos das casas.

Assim proferiu o Dr Gabriel Monteiro em uma sessão na Câmara Municipal em 1901:

Estando a frente do Hospital Santa Isabel fico bestificado com tamanho numero de doentes que para lá aflui, com cólera, creanças com barriga d'agua e variola. Precisamos adotar medidas saneadoras nesta cidade, os lares de Taubaté, estão por vezes amontoados de lixos em seus quintais, isso pude verificar ao visitar mas de centenas de casas de nossa cidade, a cacimba d'agua do lado da fossa, planta-se parreiras de xuxu ao lado de fossas, rega-se plantações com águas de áreas alagadiças, sem a água ser corrente. Hoje sabemos bem que as causas das doenças provem do inimigo minúsculo que gosta do caos para se propagar. Precisamos drenar áreas pantanosas da cidade e estabelecer um serviço de busca dos resíduos das casas, pois só assim teremos higyenne e afastaremos as doenças (GUISARD,1943 vol V, p 295).

No ano de 1903 os relatórios de obras publicas da Câmara Municipal anuncia que ao longo de 1902, foram aterrados o largo do Teatro, numa área de 3960ms e 85 cm sendo empregado nesse aterro 994 metros de terra, para drenar as águas que se empossa com o período das águas e as ruas foram sendo apedregulhadas.

No relatório de 1905 passa-se a também especificar que 750 metros de sargetas de tijolos foram feitas para facilitar o escoamento das águas e evitar desmoronamento de túmulos e alagamentos no cemitério, e as águas corriam depois para a rua como acontecia.

Também foi criado já em 1907 as carroças de coleta de lixo eram apenas duas com o objetivo de eliminar a possibilidade das pessoas atarem os lixos no quintal e formar focos de criação de doenças e roedores como o vinha ocorrendo segundo os doutores Gabriel Monteiro e Sayão Lobato.

Em O Norte assim a matéria intitulada *Sanear para não ser acabado* traz o seguinte:

Graças aos médicos aos indeléveis médicos do Hospital Santa Isabel, o poder publico tem tomado atitudes saneadoras em nossa cidade, tínhamos áreas totalmente alagadas e de charque que geram doenças e bem os senhores da lei estão tomando attitudes para evittar essas doenças , as casas acumulavam lixos e o terrenos baldios eram fétidos e agora contamos com a carroça de lixo. Tem sim que aumentar a ação dessas attitudes para se afastar dos males conforme a medicina moderna nos alerta (O Norte 1908 p.4).

Em 1908 o Governo de São Paulo expediu uma circular estabelecendo providências quanto aos cuidados necessários no sentido de se evitar a proliferação do *Cholera Morbus*, onde, entre outras preocupações destacamos o item 1º onde caberia a Prefeitura, pois a esse tempo pós proclamação da República a estrutura de poder já havia mudado, passando para poder de execução para a figura do prefeito.

Manter em perfeito estado de salubridade todos os povoados do município qualquer que seja a importância e o grau de população impedindo aglomeração de matérias corruptas ou de fácil corrupção fazendo varrer periodicamente as ruas e praças não consentindo nas proximidades da povoação águas estagnadas e putidas promovendo aterro dos pântanos e terrenos alagadiços e sempre que for possível o plantio de árvores nas ruas e praças (Guisard,1944 vol.I p.262).

O exemplo do que tinha ocorrido no Rio de Janeiro em 1904 com as reformas saneadoras de Pereira Passos e Oswaldo Cruz, os médicos do Hospital Santa Isabel , resolveram escalar grupos de enfermeiros e funcionários municipais para tirar lixo da casa dos munícipes, batalhões de funcionários municipais se ajuntavam para matar ratos, costumava-se atear álcool nas manilhas das casas e por fogo, para queimar os roedores transmissores de doenças , ou se colocava os antigos chumbinhos para eliminar com mais eficiência .

Quando se detectava que existiam amontoados de lixo no quintal da casa, chamava-se a carroça e levava embora os resíduos . Tanto que esse último item virou um polêmica pois ainda um ano antes do poder passar para a figura do prefeito, a Câmara baixou um decreto que as pessoas que amontoasse lixo em seus quintais e fossem pegos pela fiscalização seriam multados. Assim a imprensa ridiculariza a atitude sob o título Direito Ceifado

O vereador John Tindal pouco sabe que as pessoas tem direitos, com uma atitude despótica aprovou um decreto no qual o cidadão taubateense que por ventura tiver resíduos de resto de comida, ou coisas ateadas ao quintal será multado caso a fiscalização de posturas veja, seja por um simples olhar sobre o muro ate o quintal, não necessita de adentrar até as casas. Bem onde esta o direito a propriedade nesta Taubaté? (Jornal de Taubaté 1907.p 03)

Outra medida criada foi à polícia sanitária e as brigadas mata-mosquitos. Essas brigadas percorriam as casas e ruas, eliminando os focos de insetos e evitando as águas

estagnadas, onde se desenvolviam as larvas de mosquitos. Assim escreveu Pindaro de Rodrigues no jornal O Norte:

Esses edis estão estabelecendo ótimas medidas criando a policia sanitária e esses batalhões para eliminar mosquito, porem temos de conversar com as pessoas alertar da importância, uma sugestão seria as missas dominicais e semanais na Matriz e no Convento. Pois a atitude tomada gera muita raiva nos taubateenses. Dr. Pindaro Rodrigues advogado e poeta. (O Norte 1907,p1)

Para organizar um centro de distribuição alimentícia na cidade, organizar e fiscalizar, o mercado municipal que já existia na região do Tanque. Fez-se uma reforma, em 1915, essa reforma consistiu desde a parte física até a regulamentação de disposição dos gêneros alimentícios nas bancas como na fiscalização da venda de carnes.

O prédio do mercado que anteriormente era de taipa foi destruído sob a alegação do prefeito (1908-1915) Gastão Aldano Vaz Lobo da Camara Leal de ser local propicio para propagação da recém descoberta doença de Chagas *Tripanossoma cruzi*. Em razão disso o mercado foi construido de alvenaria com largos tijolos, conforme podemos verificar em um raro exemplar da fundação do mercado, denominado *O Mercado Municipal de 1915*.

A moderna ciência alega que o barbeiro transmissor da doença de chagas procura lugares com frestas como casas de pau a pique, sabendo desta noticia o prefeito municipal irá erguer uma nova construção para alojar o mercado municipal, e passara a ter o fiscal de posturas par vigiar os feirantes para nao deixar verduras no sol, verduras passadas, carne de porco a vista das moscas , Isso tudo será apartir de agora cuidado pelo Delegado de Hygiene senhor Dr Miguel Bernardo Vieira de Amorim (O Norte 1913 p .04).

No governo de Gastão Aldano Vaz Lobo da Camara Leal (1908-1915) muito se preocupou a questão sanitaria e higienista, criou-se o primeiro Posto de Higiene de Taubaté, na Avenida Marechal Deodoro, onde atualmente funciona o Instituto Adolf Lutz. O jornalista Brito de Almeida, que escrevia o edital do Jornal de Taubaté assim fala sobre o posto de higiene:

Não resta duvida que o prefeito muito tem feito pela questão da saúde e higyene de nossa cidade. São notorios os grandes beneficios prestados ao povo pelo posto de higyene desta cidade, cujos funcionarios zelosos e competentes vem cumprindo condignamente a sua missão humanitaria. O

pessoal do posto de higiene de Taubaté compoe-se de um medico chefe o dr. Armando de Arruda Sampaio; um médico auxiliar, dr Geraldo Franco; 1 auxiliar de serviço de higiene infantil, d Maria Conceição Monteiro Heitor, e demais 7 funcionarios . Consta que o serviço de policiamento realizado durante o 1º semestre, a domicilio e estabelecimento de generos alimenticios, como padarias, hoteis, bares, cafés e restaurantes forma executados com maximo de cuidado. Igualmente se procedeu quanto ao serviço de profilaxia e imunisações. Segundo estatistica demografo-sanitaria, levantada por este posto, o aumento vegetativo (excesso dos nascimentos sobre os obitos) foi de 81. As matriculas do serviço de higiene infatil destinam-se ás creanças até 2 anos. (Taubaté, 1910,p03) .

Assim como ocorreu no Rio de Janeiro em 1904, em Taubaté se institucionalizou a vacinação obrigatória como medida profilática através do então criado Posto de Higiene. Conforme podemos observar em um periódico de 1912 assim descreve esse acontecimento:

Convocamos os senhores paes a levarem seus filhos ao Posto de Highene desta cidade localizado a rua do Hipodromo taubateense nº 01, para tomar as vacinas contra variola e febre amarela, pois ja detectou-se casos no ano de 1906, e tivemos um grande surto no final do seculo passado que as mentes boas que viverma o periodo lembra-se do horror. Para evitar esse problema novamente vacine-se. Será pedido a carteira de vacinação para admissão de trabalho, andar de trem na Central do Brasil e matriculas no grupo escolar (O Norte 1912 p.02).

Este fato tambem gerou tumultos na cidade, a imprensa que ao mesmo tempo apoiava as ações sanitarias engendradas pelo poder público municipal, começou em um dado momento a criticar, denominando de radicalismo higenista .

O Dr Arruda do posto de hygiene , os nobres edis e o prefeito Dr Gastão parecem que nao conhecem o estado de direito, onde e como o municipio pode suplantar os interesses individuais? , obrigando as pessoas a serem vacinadas, a limitarem a terem o direito de trabalhar, andar de trem, ter seus filhos matriculados no grupo. Resta uma indagação será que nao estamos voltado ao periodo das trevas Isto e um radicalismo dos médicos do hospital Santa Isabel (JORNAL DE TAUBATÉ,01-03-1912,p. 01).

4.0 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Procedimentos metodológicos

Este trabalho baseou-se na recuperação dos debates ocorridos em torno da recuperação do histórico das ações sanitárias na cidade de Taubaté entre (1893-1915) buscando conhecer os fatores que levaram, a realização de diversas obras como a canalização de córregos, operações para eliminar focos de mosquitos transmissores da febre amarela que assolava a cidade de Taubaté nas últimas décadas do século XIX, drenagem de áreas pantanosas e alagadiças, formação de um novo cemitério e a criação de uma política higienista.

Trata-se de uma pesquisa eminentemente bibliográfica e de documentos primários que estão sob guarda dos Arquivos Históricos, Acervos Públicos, e alguns em poder de particulares.

As pesquisas iniciais foram realizadas nas Atas de Câmara de Taubaté, nos documentos de (1893-1915).

Em um segundo momento buscou-se a imprensa escrita do período compreendido, que eram os Jornais O Norte e o Jornal de Taubaté, que encontra-se sob a guarda da Divisão de Museus e Arquivos Históricos (DMPAH), na hemeroteca Antonio Mello Junior, onde pode-se fazer um apanhado da vida cotidiana da cidade, e verificar em que quase todos os exemplares diariamente, se falava das medidas higienizadoras adotadas por parte do poder público municipal.

Ainda no campo documental valeu-se de exemplares raros de periódicos como os Jornais O Paulista, Correio Paulistano, Correio Carioca, O Commercio, Jornal do Brasil da Revista Fon-Fon, partes desses jornais foram encontrados no Arquivo do Estado de São Paulo, e outra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde estão microfilmados .

Buscou-se a pesquisa bibliográfica junto a autores que especificamente trataram do assunto no município e apenas encontramos existente, as obras Hospital Santa Isabel e Asilo de Mendigos ambas do memorialista Antonio Mello Junior.

A Revisão de Literatura apoiou-se em material, se não farto, de grande qualidade disponível em nossos arquivos públicos na biblioteca da Universidade de Taubaté e, em

livros e dissertações de mestrado do Programa de Ciências Ambientais, cujo autores trouxeram a luz o tema, ou tratava-se de temas que correlacionava com a pesquisa.

4.2 Delimitação da área geral de estudo

Taubaté localiza-se no eixo de circulação entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esta também a 100 quilômetros do Litoral Norte Paulista, Ubatuba, e 40 quilômetros de Campos do Jordão, estâncias climáticas e balneária de grande movimento turístico.

Limita-se a :

Norte- Tremembé e Monteiro Lobato

Sul- São Luiz do Paraitinga e Redenção da Serra

Leste- Pindamonhangaba, Roseira e Lagoinha

Oeste- Caçapava e Redenção da Serra

Fundada em 05 de dezembro de 1645, por Jacques Felix, esta é a data considerada oficialmente como a da sua fundação quando por provisão deste ano, de Antonio Barbosa de Aguiar, capitão mor governador, ouvidor e alcaide- mor da Capitania da Condessa de Vimieiro D. Mariana de Souza Guerra.

Foi inicialmente uma aldeia indígena habitada pelos índios guaianás situada numa colina próxima aos Córregos conhecidos como Convento Velho, Sagüiru e Judeu

Durante o período pós fundação foi um celeiro de bandeirantes e exploradores que vieram descobrir minas nas gerais e fundar varias cidades.

Já no período colonial e imperial passou por três fases do desenvolvimento da economia, primeiramente pelo ciclo da cana de açúcar no século XVII, depois como fornecedora de alimentos e produtos artesanais para as cidades vizinhas e as Minas Gerais e em seguida foi marcada pelo inicio da produção cafeeira esta permaneceu até o inicio do século XX (Abreu,1995,p.23).

No período estudado Taubaté contava com 35.000 mil habitantes sendo que mais da metade residia na zona rural, apenas 22610 mil habitantes não sabiam ler ,escrever e fazer as operações aritméticas. Tinha- se uma vida social e cultural intensa com a vinda de varias companhias teatrais, um teatro e uma corporação musical que era a filarmônica taubateense. (Abreu,1995,p.24).

No campo educacional, os conceituados colégios São João Evangelista, o Nossa Senhora do Bom Conselho, os Grupos Pereira Barros e Dr. Lopes Chaves. (Castilho e Mariotto, 2003,p.15).

4.3 Delimitação da área específica de estudo

Sérgio Buarque de Holanda ao estudar a formação das cidades da América portuguesa e espanhola, constatou que os colonizadores propunham uma forma geométrica, para pensar a formação das cidades, toda cidade deveria nascer de uma praça central, o chamado *cardo* das cidades romanas para as ruas a leste, oeste, norte e sul. Pensava-se ainda que as cidades não deveriam ser edificadas em áreas altas, pois dificultavam o acesso, e nem em parte baixa onde poderiam ser inundadas, porém sempre perto de rios, para abastecimento (HOLLANDA,1948,p 141).

Em Taubaté também seguiu os métodos de formação do núcleo urbano elencado por Buarque de Hollanda, o traçado que definiu originalmente a Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté apresentava-se de forma regular e demonstrava claramente a intenção projetual daqueles que obtiveram a autorização para a ocupação da cidade, fruto de um plano previamente elaborado, e, que guarda até os dias de hoje suas características originais, sendo certo que as primeiras ruas abertas- cuja a denominação inicial dava-se através de números- foram: Primeira Rua, Segunda Rua, etc; foram as atuais Dr. Pedro Costa (Primeira Rua), Sacramento e Duque de Caxias (Segunda Rua), Visconde do Rio Branco (Terceira Rua) e Souza Alves (Quarta Rua) no sentido norte-sul, e Ruas Bispo Rodovalho (Quinta Rua), Carneiro de Souza e Cel João Afonso (Sexta Rua) e São José (Sétima Rua) no sentido leste-oeste. (MARTINS 1973, p.p.46-47).

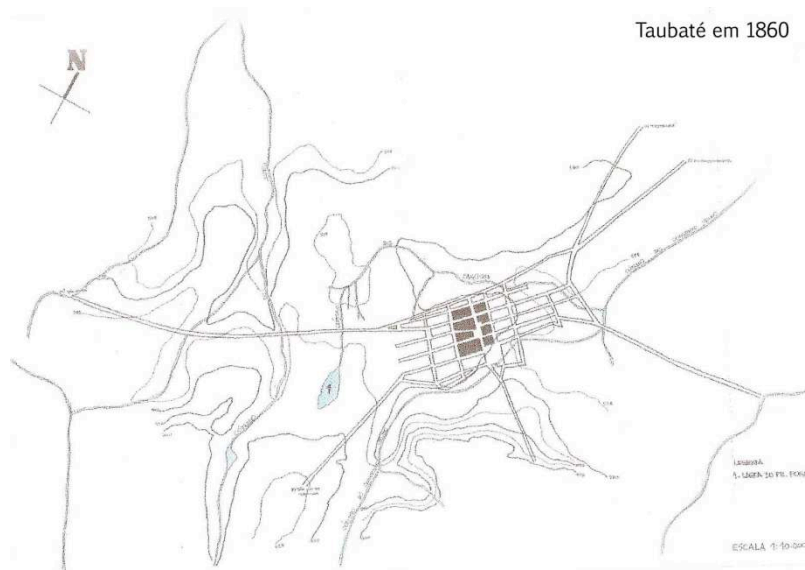


Figura 5. Espaço físico da cidade cortado pelos córregos do Convento Velho, Sagüiru e Judeu área do objeto de estudo. Fonte: Divisão de Museus Patrimônio e Arquivo Histórico de Taubaté

A luz do Urbanismo concluímos que Taubaté não teve uma formação planejada, e sim, temos a clara definição que o traçado em forma de tabuleiro de xadrez, os quarteirões iniciais regulares dispostos geometricamente, a topografia plana que facilitava e muito a construção em taipa, o abastecimento de água, tanto para o lado do ponto onde hoje se encontra o Mercado Municipal- batizado em suas origens de “Banda do Tanque” – onde esta localizado o córrego do Convento Velho, quanto para o norte onde localizava-se o córrego do Sagüiru, cuja a nascente estava próxima à Praça Santa Terezinha, passando pelas proximidades da atual rua Francisco de Barros, cortando, entre outros, o terreno onde hoje esta o Taubaté Country Club, desembocando junto ao córrego do Convento Velho, nas proximidades do Convento Santa Clara, juntamente com o Córrego do Judeu mais a oeste. (MONTECLARO CESAR, p.7-8).

A topografia de Taubaté aliado a proximidade com os córregos e cursos d’água existentes, como córrego do Convento Velho, Sagüiru e Judeu, propiciaram ou melhor determinaram a definição morfológica da cidade, o que pautou a área a ser pesquisada, durante o período compreendido (1893-1915).

5.0 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em face da pesquisa elaborada sobre as ações sanitárias em Taubaté entre (1893-1915), chegamos a alguns resultados preliminares.

Pode-se observar que o longo debate em torno das questões sanitárias, tornou-se uma preocupação em razão da grande quantidade de doenças como: cólera, febre amarela e varíola, que levava inúmeras pessoas a óbito.

Dentro deste contexto, os médicos do Hospital Santa Isabel, principalmente na figura do Dr. Gabriel Monteiro Patto, tomaram a frente do debate dessas doenças, levando ao conhecimento das autoridades municipais, as causas de tamanho número de enfermos e mortos.

Por esse motivo os médicos em um primeiro momento resolveram contar com o apoio da imprensa local, para alertar os munícipes sobre as formas de contaminação das doenças e alertas sobre práticas higiênicas, que deveria ser tomada.

O Dr Gabriel Monteiro e o Dr Winther então vereador, levaram os debates para a Câmara Municipal, e os vereadores acataram as proposituras medicas, e iniciaram uma série de ações sanitárias, com o objetivo de coibir o avanço e a buscar a erradicação das doenças.

As medidas adotadas por parte do governo municipal como policia higiênica, vacinação obrigatória, geraram revoltas, e até a imprensa que em um certo momento posicionou-se sempre a favor das medidas profiláticas, ficou contraria no momento em que se institucionalizou a vacinação obrigatória de crianças e estabeleceu multas aos munícipes que acumulassem lixos nos quintais.

Ao mesmo tempo podemos observar um considerável avanço no governo do Prefeito Gastão Aldano Vaz Lobo da Câmara Leal, como modificações nas instalações do mercado, acomodação de alimentos para disposição de venda e das reformas que foram feitas no cemitério, que segundo a imprensa local estava em um terreno argiloso e suscetível as enchentes, que formavam focos de criadores mosquitos. Por esse motivo, se criou o novo cemitério municipal no Alto Humaitá longe da cidade.

Essas primeiras medidas profiláticas e saneadoras mudaram os aspectos físicos e a criação de uma institucionalização sanitária através de órgãos criados pelo poder publico municipal, como a delegacia de higiene.

Com os dados levantados criou-se uma tabela para avaliar os anos em que mais Taubaté tomou ações saneadoras, urbanística e até social durante o período pesquisado. Por esse motivo as ações foram classificadas nessa tabela da seguinte maneira: Urbanística **(AU)**, Saúde Pública **(ASP)** e Ação Social **(ASS)**, todas essas medidas tiveram uma influência na maneira de pensar as doenças por parte do poder público municipal.

A tabela abaixo descreve categoricamente quais foram as medidas tomadas pela municipalidade e pelos médicos do Hospital Santa Isabel, idealizadores dessas ações profiláticas.

Período	Ações Sanitárias	Classificação
1873	✓ Implantação Hospital no Convento Santa Clara	(ASP)
	✓ Criação Cemitério dos lazarentos	(AU)
1879	✓ Criação Casa de Órfãos	(ASS)
1897	✓ Arruamento da periferia da Cidade	(AU)
1898	✓ Aterros de lotes privados	(AU)
1894	✓ Inspeção médica nas residências	(ASP)
1896	✓ Reinstalação do cemitério do Alto Humaitã	(AU)
1901	✓ Abertura de valas para escoamento de águas pluviais	(AU)
	✓ Solicitação de canalização dos córregos	(AU)
	✓ Serviços de busca de resíduos residenciais	(ASP)
1903	✓ Aterro e drenagem de água no Largo do Teatro	(AU)
1905	Largura e altura de sarjetas	(AU)
1907	Coleta de lixo por carroças	(ASP)
1908	✓ Limpeza pública e plantio de árvores	(AU)

	✓Criação Batalha mata-mosquito	(ASP)
	✓Grupo enfermeiros e funcionários municipais para combater: roedores, transmissores da varíola,	(ASP)*
1915	✓Fiscalização sanitária Mercado Municipal	(ASP)*
Período	Ações Sanitárias	
1915	✓Fiscalização armazenamento carne	(ASP)*
	✓1º Posto de Higiene Taubaté	(ASP)*
	✓Vacinação Obrigatória	(ASP)*

Tabela 1 – Ações sanitárias

Ações Sanitárias (Classificação)

Urbanística (AU)

Saúde Pública (ASP)

Ação Social (ASS)

Conforme podemos observar na tabela em 1873, com o grande surto de varíola ocorrido na cidade, período esse que nem existia ainda o Hospital Santa Isabel, que data de 1875, um hospital foi idealizado no interior do Convento de Santa Clara pelo Dr. Souza Alves, que hoje imortaliza seu nome em um dos principais logradouros públicos de nossa cidade. Este hospital improvisado com poucos ou quase nenhum recursos era o pilar para conter, isolar e cuidar das vítimas da doença.

Tamanho foi o número de óbitos ocorridos na cidade que o poder público municipal precisou construir um novo cemitério, que ficava nos arrabaldes da cidade, precisamente onde hoje encontra-se as instalações do SESI, para sepultar as vítimas.

Já em 1879 a cidade teve o reflexo deixado pela varíola, a baixa populacional gerou o aumento considerável de inúmeros órfãos, fato esse que levou a ser instalado provisoriamente uma casa de órfãos para receber as crianças cujos pais foram vitimados. Talvez essa seja uma das primeiras medidas sociais de nossa cidade a que se tem registro oficial, pois após essa ação social, a outra que se tem notícias é a do Asilo

de Mendigos de Taubaté que data de 1902. Este asilo de mendigos foi uma ação social totalmente desvinculada do processo sanitário de Taubaté.

Durante os anos que sucederam após esse grande surto variólico, foi fundado o Hospital Santa Isabel, razão por essa que encontramos inúmeros registros nos jornais, nos quais os médicos, certos das maneiras das transmissões das doenças, começam a alertar os vereadores para tomarem medidas contra possíveis epidemias. Tanto que em 1894 os médicos do Hospital Santa Isabel estabeleceram uma série de visitas as casas e estabelecimentos comerciais para orientar as pessoas sobre as formas de transmissão das doenças.

Já em 1897, após inúmeros debates na Câmara Municipal de Taubaté, os vereadores começam a se preocupar com as águas empossadas, que geravam locais propícios para instalação de focos criadores de doenças, por esse motivo inicia-se o arreamento de inúmeras ruas centrais e da periferia em especial. Em 1898 a Câmara obriga os proprietários de terrenos a aterrar as áreas alagadiças em suas respectivas áreas sob a pena de multas.

À medida que os médicos construíam os debates seja nos jornais, seja na Câmara o poder público engendravam novas medidas, como a instalação do cemitério de São Benedito, longe da área central que ocorreu em 1896, essa medida caracterizou uma ação urbanística até, pois muito tempo o cemitério foi considerado o limite físico do crescimento da cidade.

Conforme os debates tomavam volume as ações saneadoras iam aumentando, como podemos observar em 1901 com as seguintes medidas: Abertura de valas para escoamento de águas pluviais, solicitação de canalização dos córregos, serviços de busca de resíduos residenciais, onde podemos verificar as preocupações urbanísticas e de saúde pública. Os primeiros anos do século XX, podemos observar que a intensidade das ações sanitárias começam a serem maiores devido ao próprio contexto social e médico em que o Brasil vivia, pois em 1904 as reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro mudaram consideravelmente, a maneira das autoridades pensarem, a esse mesmo tempo inúmeras capitais brasileiras estavam preocupadas em sanear e organizar o espaço urbano, que lembravam o passado colonial e imperial.

Com isso Taubaté cada vez mais as ações tomam um corpo mais profissional, em 1915 é um exemplo, no qual já se pensa a edificação do novo mercado municipal e a criação do Posto de higiene e da institucionalização da vacinação obrigatória.

No gráfico abaixo constatamos a intensidade das ações sanitárias e a temporalidade delas.

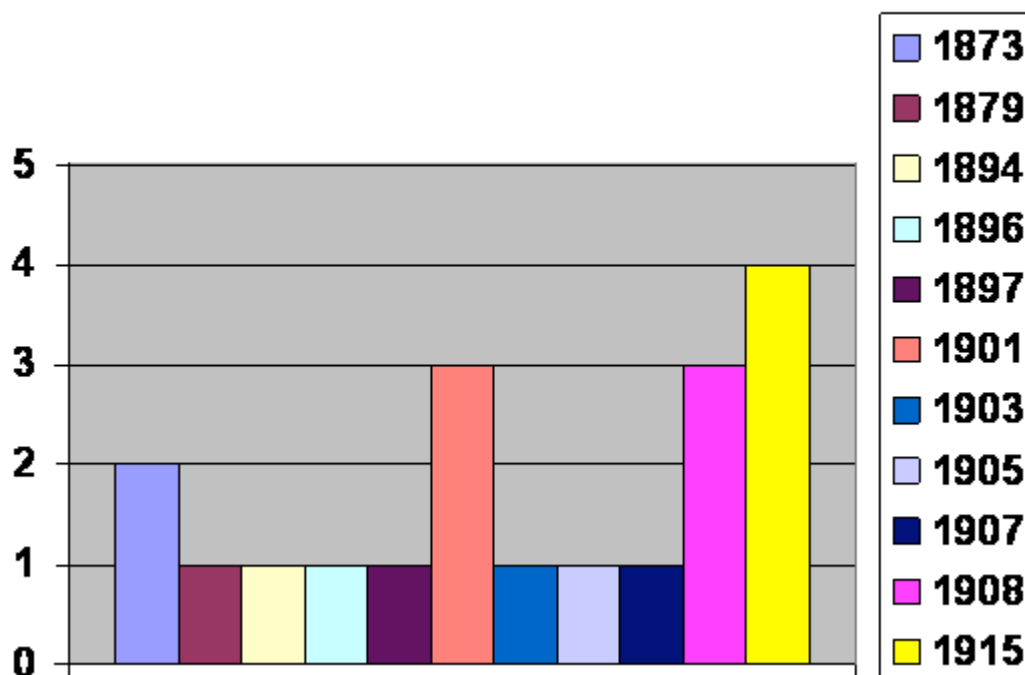


Gráfico 1 – gráfico da evolução das ações sanitárias

Em um intervalo de tempo de quarenta e dois anos (1873-1915), assistimos primeiramente que as primeiras medidas tomadas eram de caráter emergencial, como a de 1873 e 1879, não passaram de medidas visando um problema pontual.

Porem os sucessivos alertas da comunidade medica na época levaram a ações pontuais porem cada vez com mais intensidade, quando o assunto tomava mais eficácia em função de pequenos ciclos de doenças registrados na cidade víamos um aumento das ações como podemos observar em 1901 no gráfico acima. Já entre 1907 e 1908 a intensidade das ações aumentaram em razão de uma conscientização do poder publico municipal com relação a gravidade das doenças e também fruto do movimento higienista e saneador proposto na Capital Federal com Pereira Passos.

Períodos que encontramos estabilidade nas ações que são primeiramente (1894-1897) e depois (1903-1907), são tempos em que não há uma necessidade de intervenção

por parte do poder público, isso aos olhos das autoridades da época, no qual Taubaté estava livre das doenças.

6.0 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou resgatar parte de uma história pouco conhecida e estudada. Este trabalho evidencia o conjunto de ações sanitárias ocorridas em Taubaté, dentro de um determinado corte epistemológico, que foi motivado inicialmente pelos médicos do Hospital Santa Isabel de Taubaté, e que sabedores das raízes das doenças e das maneiras de transmissão desta, buscaram inicialmente através da imprensa escrita tratar dos problemas sanitários. Fazendo por tanto alertar a população que parte do *modus vivendi* deles era responsável pela transmissão das doenças fosse por meio de veiculação hídrica, fosse pelas condições urbanas e de pouco higiene da cidade. Estes debates chegaram a ser ouvidos pelos vereadores da Câmara Municipal que iniciaram uma série de medidas saneadoras chegando a institucionalizar uma infra-estrutura para sanear a cidade de Taubaté.

Analisando o espaçamento temporal dos anos que sucederam, conclui-se também que o fato de período de estabilidade das ações ocorreu, em razão das medidas profiláticas serem tomadas somente, quando encontra-se defronte de um problema de saúde pública. Não existiram nesses intervalos de tempo ações preventivas, todas as ações eram em caráter emergencial, somente nos primeiros anos da década de 10 do século XX, as ações preventivas começaram a ser tomadas.

Ao contrário das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, Taubaté não teve um projeto sanitário e urbanístico, como tivemos a oportunidade de verificar ao longo dessa dissertação.

Trazendo para atualidade a presente dissertação podemos dizer que a maneira em que o poder público lida com as questões de saúde pública, é altamente desleixada, somente preocupa-se com as doenças nos momentos em que tem-se um grande surto.

O presente trabalho serve também de um alerta aos gestores públicos, para procurarem elaborar reformas sanitárias e trabalhos preventivos visando eliminar a propagação de qualquer tipo de doença.

7.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, MARIA M. **Taubaté de Núcleo Irradiador de Bandeirismo a Centro Industrial e Universitário do Vale do Paraíba**, 1ª Ed. Taubaté: Santuário, 1985, 23.-24 p.

Álbum da fundação do Mercado Municipal de Taubaté 1915, editora Rabello& Cia 1915

ANDRADE, CARLOS. **Práticas Sanitárias**, 1ª Ed, Rio de Janeiro: Ediouro, 1992, 44-46 p.p

BASTIDE, ROGER **Brasil Terra de Contrastes** 1ª Ed São Paulo: Difel, 1969, 77 p.

BENEVOLO, LEONARDO **História da Arquitetura Moderna**, 2ª Ed, São Paulo: O Livro Técnico, 71-91-100-356 p.p.

BERINGHS, EMILIO A. **Conversando com a saúde** 1ª Ed. Taubaté: Bisordi,1971, 54 p.

BRITO, SATURNINO **Relatório da inspetoria de saúde (1944-1945)**, edição única, São Paulo: IOESP, 1945 03 p.

CARVALHO, JOSÉ M. **Os bestializados da República e a Revolta da Vacina**, 4ª Ed, São Paulo, 2000: Companhia das Letras 49 p.

CESAR JUNIOR, CARLOS E.M. **A construção da cidade e o paradigma ambiental Uma análise da formação urbana de Taubaté**, 2001, Taubaté, 29 p. Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais – Universidade de Taubaté

CHOAY, FRANCOISE **O Urbanismo Utopias e Realidade Uma Antologia** 1ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1979 78 p.

EDMUNDO, LUIZ **O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis** 1º Ed Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1936 83 p.

ENGELS, FREDERICH **As Grandes Cidades e a Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra** 13º Ed , Lisboa : Presença , 1975 56 p.

FARREL, JEANETTE **A Assustadora História das Pestes & Epidemias** 2º Ed, São Paulo : Prestigio , 2002 97-98 p.p.

FREITAS, OCTAVIO. **Doenças Africanas no Brasil** 1º Ed, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 103 p.

FOUCULT, MICHEL **As Palavras e as Coisas :Uma Arqueologia das Ciências Humanas** 6 ed São Paulo: Martins Fontes, 1992 38 p.

FOUCULT, MICHEL **Microfísica do Poder** 2 ed Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979 73 p.

GONÇALVES, MAURO E MARIOTTO, LIA C.P.A **Fontes Para uma História da Educação em Taubaté e a Criação do Grupo Escolar Dr. Lopes Chaves (1895-1902)**1º Ed Taubaté: Cabral editora, 2004 15 p.

GUISARD FILHO, FÉLIX **Taubaté Papéis Expedidos pela Câmara** 1º Ed São Paulo: Empresa Editora Universal, 1944 Vol. I 262 p.

_____, **Taubaté Papéis Expedidos pela Câmara** 1Edº São Paulo: Empresa Editora Universal, 1943 Vol. IV 275 p.

_____, **Taubaté Papéis Expedidos pela Câmara** 1Edº São Paulo: Empresa Editora Universal, 1943 Vol. V 245-263-265-295 p.p.

HOLLANDA, SERGIO B. **Raízes do Brasil** 2 Ed ° São Paulo:José Olympio Editora, 1948 141 p.

LIMA, GISELE .S **Saneamento um Indicador de Qualidade Ambiental a Serviço da Qualidade da Vida** 1° Ed São Paulo: Cutrix, 1998 72 p.

LIMA, GUSTAVO **Sanitarismo** 1° Ed. São Paulo Toopboks 1991 98 p.

MARINS, JOSÉ **Loteamentos** 1 ed Rio de Janeiro: Usual, 1997 87 p.

MENEZES, LUIZ CARLOS C. **Considerações sobre Saneamento Básico, Saúde Pública e Qualidade de Vida.** Revista Engenharia Sanitária e Ambiental, Rio de Janeiro V.23 nº1 Jan/ Mar 1984 46 p.

MERHY, EMERSON E. **A saúde pública como política um estudo de formuladores de políticas** 1° Ed, São Paulo: Editora Hucitec 1992 93 p.

MELLO JUNIOR, ANTONIO **Hospital Santa Isabel** 1 ed Taubaté: Egetal, 1976 77 p.

MELLO JUNIOR, ANTONIO **O Asilo de Mendigos de Taubaté** 1 ed Taubaté: Egetal,1978 42 p.

MELLO, BENEDITO A. R. **Cemitérios e meio ambiente nas cidades do Vale do Paraíba Paulista no século XIX**, Taubaté,2004. 54 p. Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais Universidade de Taubaté

MICELLI, SÉRGIO **O Rio de Janeiro** 1 ed Rio de Janeiro: Ediouro, 1981 44-76 p.p.

NOVAIS, FERNANDO **História da Vida Privada no Brasil República : Da Belle Époque à Era do Rádio** 1° Ed São Paulo: Companhia das Letras, 1998 67- 88-103 p.p.

PRIORE, MARY A **História do Amor no Brasil** 1°Ed São Paulo: Contexto, 2001 32 p.

Relatório da Câmara Municipal de Taubaté do ano de 1903 Typografia JuliTofulli

Relatório da Câmara Municipal de Taubaté do ano de 1905 Typografia Julio Tofulli

ROSEN, CHARLES **Os segredos das técnicas** 2º Ed São Paulo: Vozes, 1994 22 p

SABESP – Companhia de Saneamento Básico de São Paulo **Sabesp Relatório** 1ºEd
São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003 03 p.

SEBE, JOSÉ C. **Saúde no Brasil** in Revista Nossa História ano 3 vol 26 Nov 2005
p.33

SEIXAS, IVO **São Paulo** in Enciclopédia Nossa História 1º Ed São Paulo: Editora
Abril 1985 49-56 p.p.

SEGAWA, HUGO **Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na Passagem do Século
XIX ao XX**, 1º Ed São Paulo: Ateliê Editorial, 2002 69 p.

SILVA, PAULO E. M **Registros históricos da implantação do sistema de
abastecimento público de água no município de Taubaté 1850-1900**, 2007, Taubaté,
47 p. Dissertação de Mestrado de Ciências Ambientais Universidade de Taubaté

SCILIAR, MOACYR **Historia da medicina da literatura**, 1º Ed São Paulo:
Companhia das Letras, 1996 150p.

SEVCENCKO, NICOLAU **Orfeu Extático na Metrópole São Paulo Sociedade e
Cultura nos Frementes Anos 20** 3 ed São Paulo: Companhia das Letras ,2003 79-88
p-p

TOMAS, AFONSO **Astronomia e o mundo**, 2º Ed São Paulo: Ed Vozes, 1996 105 p.

PERÍODICOS

BRASIL, Jornal, edição 14 de setembro de 1904.

CARIOCA, Jornal Correio, edição 25 de março de 1900.

COMMERCIO, Jornal O, edição de 13 de novembro de 1904.

. FON-FON, Revista, edição de 5 de agosto de 1904

NORTE, Jornal O, Ed. 3 de junho de 1894.

_____, edição 13 de setembro de 1894.

_____, edição 03 de Abril de 1896

_____, edição 07 de julho de 1899.

_____, edição 25 de março de 1900.

_____, edição. 17 de julho de 1902.

_____, edição 18 de julho de 1902.

_____, edição 02 de Fevereiro de 1907

_____, edição 03 de Outubro de 1908

_____, edição 04 de Junho de 1912

_____, edição de 27 de fevereiro de 1912.

_____, edição de 4 de junho de 1912.

O Estado de São Paulo, 4 de Maio de 1917

PAULISTA, Jornal O, ed. 14 de março de 1874.

_____, ed. 5 de abril de 1874.

PAULISTANO, Jornal Correio, Ed. 5 de janeiro de 1890.

TAUBATÉ, Jornal de, edição de 24 de outubro de 1907.

_____, edição de 13 de Maio de 1910

Autorizo cópia total ou parcial desta obra, apenas para fins de estudo e pesquisa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de reprodução para fins comerciais sem prévia autorização específica do autor.

Wanderlan Ramos de Carvalho Filho

Taubaté, Maio de 2010.